



*Reunião da Assembleia Intermunicipal  
5 de Dezembro de 2011  
Acta n.º 2*

Na sede da CI Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente substituto, António Pedro Oliveira Martins, e pelo Secretário, Ernesto Carlos Rodrigues Barros. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: -----

Carlos Alberto Baptista Guerra, José Carlos Raposo Marques Vidal, Hilário Manuel Ferreira dos Santos, Manuel Augusto de Almeida Farias, Paulo Manuel Matos Soares, Delfim do Santos Bismark Álvares Ferreira, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, Olga Marques dos Santos Ladeira, Maria de Lurdes Sousa Tavares da Silva, José Lagoa Duarte, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, Maria Lúcia Braga Araújo, Rui António de Almeida Marinha, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel José Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, António Manuel Valente de Sousa, José Augusto da Luz Matos, José Alberto da Costa Figueiredo, Paulo Marco de Matos Couceiro e Costa Braga, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, António José Flor Agostinho, Maria de Fátima Ramos Bola, Mário Júlio Carlos Ramos, Paulo Manuel Namorado Nordeste, José Alcides Ramos Pereira, José Manuel Andrade Simões, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, Manuel Nunes Simões dos Santos, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, Rogério Mário dos Santos, José de Figueiredo Lino, José Eduardo Alves Fragateiro, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira, Sérgio Paulo Borges de Pinho Pereira, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, José Luís da Silva e Almeida, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Carlos Manuel Simões das Neves, Joaquim António Pires Plácido, Jorge Luís Nunes de Oliveira, Manuel Marcelino Santos Manangão, Rogério Simões. -----

Estiveram ausentes os membros: Álvaro de Oliveira Gomes (que justificou a falta), António Rafael das Neves Timóteo, Augusto Carlos dos Santos Leite, Ercília Maria Marques Pedro, Gladys del Carmém Ferreira de Oliveira, José Gonçalo Borges da Fonseca, Raul Ventura Martins. -----

Passando de imediato à Ordem de Trabalhos constante da respectiva convocatória. ----

**1. Período “Antes da Ordem do Dia”:** -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal informou que a CI Região de Aveiro recebeu uma comunicação a propósito da aplicabilidade do corte dos 5% nas senhas de presença. Este pedido de esclarecimento foi desencadeado pela nossa congénere do Médio Tejo, que se dirigiu à CCDR de Lisboa e Vale do Tejo. Todos os membros receberam esta informação à entrada para esta sessão. Assim, e sumariamente este parecer refere que: “Os membros da Assembleia Intermunicipal, que auferiram rendimentos pagos por outras entidades públicas, deverão informar as respectivas entidades empregadoras públicas dos valores auferidos a título de senhas de presença. -----





As senhas de presença deverão assim ser somadas ao vencimento pago pela entidade empregadora pública para efeitos de apuramento da remuneração global ilíquida sobre a qual incidirá a taxa de redução remuneratória. -----

A CIM procederá, porém, à aplicação da taxa de redução remuneratória no caso de pagamento de senhas de presença a membros da Assembleia Intermunicipal que não auferam outros rendimentos públicos e desde que essas senhas ultrapassem o montante de 1500 Euros, previsto no nº1 do artigo 19º da LOE 2011.” -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia.-----

José Matos (Estarreja) solicitou esclarecimentos a respeito do apoio prestado pela CI Região de Aveiro ao Sport Clube Beira-Mar, questão já levantada na Assembleia Municipal de Estarreja. Por outro lado, solicitou informações relativas à situação que se verifica na A25 entre Angeja e o nó do estádio municipal de Aveiro, um troço de 7 ou 8 Km que não tem qualquer sentido estar portajado, referindo que seria importante chamar a atenção para o novo governo para esta situação injusta e para as consequências de tráfego na zona de Cacia. -----

Manuel Farias (Águeda) solicitou informações sobre a questão da linha do Vale do Vouga, designadamente a ligação entre Aveiro - Águeda - Sernada do Vouga, quais as expectativas e que medidas estão a ser tomadas. -----

Hilário Santos (Águeda) questionou qual a posição da CI Região de Aveiro no anunciado fecho da linha do Vale do Vouga e qual a sua ligação ao projecto de mobilidade que está em desenvolvimento. Sugere que se dê alguma prioridade na área da ferrovia, para posteriormente se remeter as conclusões para o respectivo ministério. Considera muito importante na afirmação como Região a questão do Centro Hospitalar e o curso de Medicina, e que a Região tem de se fazer ouvir mais contra as pressões de Coimbra. Questiona qual a posição da CI Região de Aveiro na abordagem ao Documento Verde e qual o âmbito do estudo com a Universidade de Aveiro. Por fim, solicitou esclarecimentos do motivo do município de Águeda estar representado em projectos paralelamente. -----

José Fragateiro (Ovar) solicitou informações sobre o Polis e a proposta a concurso sobre as dragagens no Canal de Mira, quais as ligações às obras que o município da Murtosa está a efectuar na zona ribeirinha, e se está previsto o arranque das obras na Ria ou se vai continuar no estado crítico que está até agora. -----

Marco Braga (Estarreja) recordou que ficou pendente uma reunião com elementos da AdRA e questiona se continua na agenda e qual o ponto de situação. -----

O Presidente do Conselho Executivo informou que na questão da Linha do Vouga tivemos dois episódios: o anúncio do encerramento e depois a suspensão do encerramento para uma análise mais profunda. Como providências, foi solicitado à empresa que está a elaborar o PIMTRA que cuidasse mais esta questão, com um maior pormenor. Esta matéria exige tecnicidade e recorda que não se conhece nenhum estudo e que todas as operações da CP são deficitárias. O cronograma do estudo está de acordo com o cronograma útil para tratar da questão do Vale do Vouga. Temos um instrumento e estamos a usá-lo. Pretende-se que este processo tenha não só uma componente analítica mas uma propositura, com sustentabilidade.

A este pretexto o Presidente do CE informou que não emitiram opinião na anunciada ligação ferroviária Aveiro - Salamanca, por não se conhecer bem este processo, pelo desconhecimento da sustentabilidade financeira que lhe estará associada e pelas ligações às relações de desenvolvimento portuário na costa norte e centro de Portugal. A lógica do realismo deve imperar nas posições políticas. -----



**2. Informação do Presidente do Conselho Executivo relativa à Actividade da CI Região de Aveiro no período compreendido entre 12 de Abril de 2011 e 23 de Novembro de 2011:** -----

Como nota prévia ao período a que se refere a informação da actividade da Comunidade intermunicipal, o Presidente do CE recorda que ocorreu um acontecimento da mais alta importância para o país, que foi a mudança de governo, que fez com que a lógica de um conjunto de dossiês se alterasse. O Conselho Executivo teve uma dupla atitude para gerir este acontecimento. Em primeira instância, elaborou um relatório dos assuntos principais pendentes, num total de 15, em que se envolveu o Conselho Consultivo. O CE aprovou formalmente o relatório em Julho e foi enviado ao Governo com um conjunto de pedidos de reuniões, para 22 membros do governo. Como decisão complementar, deu tempo ao governo para tratar destas matérias sem expor o relatório. Passados 5 meses foi entendimento colocá-lo “por transcrição” no Plano e Orçamento, passando para uma abordagem pública ao documento. -----

Em relação à questão do Beira-Mar o Presidente do Conselho Executivo informou a assembleia que até à data não foi recebida nenhuma comunicação formal da Assembleia Municipal de Estarreja ou do Partido Socialista de Estarreja para se poder responder, uma vez que não o fará na praça pública. Aguarda-se a formalidade para se poder enviar uma cópia do protocolo, e ainda anexar o Regulamento do PAPER A e o contrato com a Abimota, inseridos numa política de gestão e de relacionamento com as associações da nossa Região. Referiu que o protocolo com a Abimota é bem mais dispendioso, uma vez que envolve a promoção da bicicleta, tens fins turísticos e envolve um sector industrial estratégico de desenvolvimento. --

Relativamente à questão das portagens o Conselho Executivo mantém a mesma posição com este novo governo, conforme consta do próprio relatório enviado ao governo. Por outro lado, está a analisar o documento que define o regime de isenções. -----

Sobre o Centro Hospitalar a Comunidade defende que este tenha todas as competências de um hospital central e universitário, com o respectivo curso de medicina. A Universidade de Aveiro muito defendeu este curso, e a obra do edifício está na sua fase final. Nesta matéria não se sabe a posição do governo, nem da nova direcção da Administração Regional de Saúde. -----

Em relação ao Documento Verde, e de forma a clarificar a estratégia política seguida, o Presidente do Conselho Executivo informou que se decidiu propor à Universidade de Aveiro elaborar um parecer conjunto sobre o Documento Verde. Foi constituída uma equipa composta pelo Presidente do CE, pelos dois vice-presidentes Dr. José Eduardo Matos e Dr. Gil Nadais, e da parte da Universidade, pelo Vice-Reitor, pelo Pró-Reitor e mais 3 professores. Neste momento está-se próximo da primeira versão desse parecer. O presidente do CE considera, no entanto, que este processo está a ter um problema em termos de discussão pública, uma vez que parece que há apenas a questão do futuro das freguesias. Os critérios para a redução das freguesias são muito pobres e deverá haver aqui uma melhoria. Há muitas questões que têm de ser decididas antes dessa. O conjunto de competências a descentralizar da Administração Central é uma discussão essencial. Agregado às novas competências terá de se definir o respectivo financiamento. Considera esta reforma muito importante e o Poder Local está em condições de a realizar. Se a reforma acabar apenas com a redução de freguesias é uma oportunidade política perdida para se realizar uma verdadeira reforma. -----

O Presidente do CE informou que o Grupo de Acção Costeira - Ria de Aveiro é participado apenas por 5 municípios (Aveiro, Ílhavo Murtoza, Ovar e Vagos) face às regras



definidas pelo Programa Operacional das Pescas, onde só municípios com determinadas dependências do sector das pescas (índices sócio-económicos) é que são elegíveis ao PROMAR. Informou igualmente que o pacote de candidaturas do GAC-RA está fechado, com um investimento de 3,1 milhões de euros, e apoios de 2,1 milhões de euros, sendo o único Grupo de Acção Costeira dos sete nacionais, com toda a despesa afecta a projectos. -----

Relativamente à questão do Polis, o Presidente do Conselho Executivo informou que os municípios honrarão os compromissos assumidos e esperam que o governo também o faça e estão disponíveis para ajudar o governo na modelação formal do programa. Caso o governo entenda terminar com a Parque Expo e com a empresa Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A., os municípios não se opõem e estão disponíveis para serem titulares de todos os compromissos assumidos para o desenvolvimento do programa, com a transferência de todas as posições contratuais (estudos, empreitadas, funcionários). Considera que a nossa defesa é o programa e o quadro de investimentos. Clarificou ainda que a obra que se lançou foi a de qualificação da Frente Ria entre a Costa Nova e a Vagueira. Em relação às dragagens informou que terminam este mês os estudos da hidrodinâmica da laguna e será com base nesses estudos que será executado o projecto, que depois será sujeito à avaliação de impacto ambiental. Na melhor das perspectivas o lançamento do concurso para a obra será realizado no 2º semestre de 2013, face ao quadro legislativo muito complexo. Por outro lado, referiu que na Murtosa existem dois tipos de projectos, uns referentes ao Programa Polis e outros liderados pelo Município, para prosseguirem objectivos comuns e de forma a melhor aproveitar os fundos comunitários.

Sobre a AdRA o Presidente do CE manifestou grande preocupação com os desenvolvimentos nesta empresa, e que este governo anunciou uma nova posição política que levanta novas questões, nomeadamente a privatização. Referiu que o estudo de viabilidade económica-financeira foi suspenso e lembrou que a AdP está sem administração desde o dia 30 de Novembro de 2011. Referiu que já existem atrasos no plano de investimentos e que a empresa está limitada na capacitação de executar. No entanto, recorda que a empresa tem obrigações a cumprir com os municípios e que da parte dos municípios e dos cidadãos da nossa região todos estão a cumprir com as suas obrigações. O Presidente do Conselho Executivo manifestou ainda esperança que o governo tome decisões nesta matéria. -----

Paulo Anes (Aveiro) solicitou esclarecimentos sobre o contrato assinado com a AdRA e se uma das premissas do contrato era de que o accionista principal não se comprometesse com a privatização da água. -----

O Presidente do CE referiu que o contrato da AdRA coloca a hipótese de haver concessões a privados em áreas de serviços, decisão que carece de unanimidade. Por outro lado, o governo sabe que não é possível privatizar uma vez que a Lei de Delimitação de Sectores não permite, tem de haver acordo com os municípios portugueses mesmo para a entrada de capital privado no grupo AdP. Em conclusão, referiu que os municípios da CI Região de Aveiro nada devem ao grupo AdP. -----

### ***3. Apreciação e Votação da 2ª Revisão às GOP's 2011:*** -----

O Presidente da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o ponto número três da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da 2ª Revisão às GOP's 2011, aprovada por unanimidade, e em minuta. -----

### ***4. Apreciação e Votação das GOP's, Orçamento e Mapa de Pessoal 2012:*** -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que 2012 será um ano de continuidade





dos compromissos e projectos iniciados em 2011. Apenas o RUCI tem o arranque dos projectos no início do ano e será o ano de execução dos projectos no âmbito do GAC-RA. Informou igualmente que subsistem algumas interrogações na Bolsa de Mérito, ou seja, nas verbas não usadas no âmbito da Contratualização e que podem ser acedidas por municípios elegíveis (níveis de mérito). A Autoridade de Gestão do Centro ainda não abriu este concurso e ainda está em discussão quais as tipologias de projectos que podem ser elegíveis a esta Bolsa, que se perspectiva de 50 a 60 milhões de euros. O Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMTRA) está preparado para se candidatar. -----

O Presidente do Conselho Executivo informou que o Polis é responsável pela dimensão financeira do orçamento da CI Região de Aveiro, por força das transferências dos municípios para esta empresa. Em termos de sustentabilidade financeira da Comunidade, informou que se verifica o cumprimento global das obrigações dos 11 municípios, e que o corte de 6,9% das transferências do Orçamento de Estado para a CI Região de Aveiro não tem impacto significativo. -----

O Presidente do CE salientou ainda o Estudo-Piloto em desenvolvimento na CI Região de Aveiro no âmbito da Reforma da Administração Local, e que se perspectiva que os resultados sejam conhecidos em Fevereiro de 2012. Tem sido um exercício muito interessante para todos nós. A nossa experiência e a nossa visão podem dar contributos para o novo papel das CIMs no novo Poder Local que sairá da reforma. A CI Região de Aveiro defende o reforço das competências das CIMs, sendo coincidente com as posições do Governo. Esta experiência tem raiz no trabalho de movimento associativo na nossa região que se desenvolve há cerca de 25 anos. -----

Informou igualmente que espera resolver a questão do Secretário-Executivo, face à certeza que agora existe do não regresso do Eng. Manuel Rocha Galante. -----

José Almeida (Sever do Vouga) solicitou esclarecimentos sobre o mapa de pessoal e respectivo aumento do número de funcionários. -----

Delfim Bismark (Albergaria-a-Velha) lamentou que não haja uma referência ao património edificado e alertou para a importância da ponte objecto de derrocada em Águeda e que se constitui como um dos principais monumentos do concelho de Águeda, quando se perspectiva a sua demolição. Neste sentido, defendeu que a CI Região de Aveiro deverá ter um projecto conjunto para a salvaguarda do património. -----

O Presidente do Conselho Executivo informou que relativamente ao Mapa de Pessoal as pessoas a contratar são para o Programa RUCI. O procedimento dos primeiros 4 técnicos para a equipa de coordenação de toda a rede RUCI já está em fase final e serão contratados mais 4 técnicos para a gestão dos projectos da CI Região de Aveiro. -----

Referiu ainda que estão em desenvolvimento, no âmbito do GAC-RA dois projectos, o ProRia um projecto de meio milhão de euros ligado à promoção da região, que tem como entidade líder a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal e os 11 municípios como beneficiários, e outro projecto de promoção dos produtos da Ria de Aveiro. -----  
Reconheceu ainda o acesso difícil a fundos para a preservação do património edificado. -----

Rui Marinha (Anadia) solicitou esclarecimentos da aplicabilidade prática do constante do documento em análise, as Grandes opções do Plano, no concelho de Anadia. -----

O Presidente do CE informou que o município de Anadia está inserido em tudo o que tem importância para a CI Região de Aveiro mas que subsistem alguns laivos sobre a sua participação na Comunidade que deverão ser esclarecidos. A presença de Anadia nas prioridades da gestão de objectivos para 2012 manifesta-se: na Contratualização, através da conquista de 6 milhões de euros de FEDER para um conjunto de investimentos (parte deles



